



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo


23 de junho de 2021

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 536/2021

Exmo. Sr. Raimundo Rui (Rui Nova Onda)

Em atenção ao Ofício nº 637/2021, referente ao Requerimento nº 602/2021, encaminhamos Ofício DMS – 342/2021 em anexo, provindo do Departamento Municipal de Saúde.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.


MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

A Disposição dos Vereadores

02 / 08 / 2021

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

13 07 2021

funcionário

Exmo. Sr. Vereador
RAIMUNDO RUI (RUI NOVA ONDA)
Câmara Municipal
NESTA.



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

Ofício DMS – 342 / 2021

21 de junho de 2021

Excelentíssima Senhora

Em atenção ao Ofício nº 637/2021-pf referente ao Requerimento nº 602/2021, de autoria do nobre vereador senhor Júnior da Van, solicitando que sejam investigadas denúncias de desvio de função de enfermeiros que trabalham no Centro Covid, encaminhamos Ofício nº 031/2021/UPA, elaborado pela Coordenadora Administrativo da UPA, contendo esclarecimentos acerca da situação.

Sendo o que se apresenta no momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Dr. Douglas Moretti
Diretor Municipal de Saúde

Exma. Sra.
Maria Teresinha de Jesus Pedroza
Prefeita Municipal
São João da Boa Vista - SP

Ofício nº 031/2021/UPA

São João da Boa Vista, 17 de junho de 2021.

Ao
Ilmo. Sr.
Dr. Douglas Moretti
Diretor do Departamento Municipal de Saúde

A Santa Casa, entidade filantrópica, com sede na Avenida João Osório, 751, Vila Conrado, CEP: 13870-251 – São João da Boa Vista – SP, ora devidamente representada pela sua coordenadora administrativa, vem respeitosamente em atenção ao ofício GAB nº 637/2021 datado do dia 08/06/2021 e encaminhado para nossa avaliação do dia 17/06/2021, informar que:

Baseado na lei nº 7.498/86 de 25 de junho de 1986, dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências.

Parágrafo único. A Enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

Art. 12 – O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de Enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

§ 1º Participar da programação da assistência de Enfermagem;

§ 2º Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei;

§ 3º Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar;

§ 4º Participar da equipe de saúde.

Assim, o Conselho Federal de Enfermagem define na Resolução Cofen nº 424/2012 as competências do profissional Enfermeiro que atua em CME, em consonância com a Lei do Exercício Profissional e seu Decreto Regulamentador:

[...]

Art. 1º Cabe aos Enfermeiros Coordenadores, Chefes ou Responsáveis por Centro de Material e Esterilização (CME), ou por empresa processadora de produtos para saúde:

I – Planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar todas as etapas relacionadas ao processamento de produtos para saúde, recepção, limpeza, secagem, avaliação da integridade e

da funcionalidade, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição para as unidades consumidoras;

II – Participar da elaboração de Protocolo Operacional Padrão (POP) para as etapas do processamento de produtos para saúde, com base em referencial científico atualizado e normatização pertinente. Os Protocolos devem ser amplamente divulgados e estar disponíveis para consulta;

III – Participar da elaboração de sistema de registro (manual ou informatizado) da execução, monitoramento e controle das etapas de limpeza e desinfecção ou esterilização, bem como da manutenção e monitoramento dos equipamentos em uso no CME;

IV – Propor e utilizar indicadores de controle de qualidade do processamento de produtos para saúde, sob sua responsabilidade;

V – Avaliar a qualidade dos produtos fornecidos por empresa processadora terceirizada, quando for o caso, de acordo com critérios preestabelecidos;

VI – Acompanhar e documentar, sistematicamente, as visitas técnicas de qualificação da operação e do desempenho de equipamentos do CME, ou da empresa processadora de produtos para saúde;

VII – Definir critérios de utilização de materiais que não pertençam ao serviço de saúde, tais como prazo de entrada no CME, antes da utilização; necessidade, ou não, de reprocessamento, entre outros;

VIII – Participar das ações de prevenção e controle de eventos adversos no serviço de saúde, incluindo o controle de infecção;

IX – Garantir a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de acordo com o ambiente de trabalho do CME, ou da empresa processadora de produtos para saúde;

X – Participar do dimensionamento e da definição da qualificação necessária a os profissionais para atuação no CME, ou na empresa processadora de produtos para saúde;

XI – Promover capacitação, educação permanente e avaliação de desempenho dos profissionais que atuam no CME, ou na empresa processadora de produtos para saúde;

XII – Orientar e supervisionar as unidades usuárias dos produtos para saúde, quanto ao transporte e armazenamento dos mesmos;

XIII – Elaborar termo de referência, ou emitir parecer técnico relativo à aquisição de produtos para saúde, equipamentos e insumos a serem utilizados no CME, ou na empresa processadora de produtos para saúde;

XIV – Atualizar-se, continuamente, sobre as inovações tecnológicas relacionadas ao processamento de produtos para saúde. [...] (COFEN, 2012).



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "DONA CAROLINA MALHEIROS"

CNPJ 59.759.084/0005-18 Inscrição Estadual ISENTA

Declarada de Utilidade Pública: Lei Municipal Nº 15 de 17/02/60

Lei Estadual Nº 36.227 de 09/02/60 – Lei Federal Nº 1324 de 30/08/62

Dessa forma, destaca-se a importância da equipe que trabalha em CME ser composta por profissionais de enfermagem, pois os atos praticados pelos profissionais são passíveis de fiscalização por este Conselho (COREN), o que não ocorreria em caso de atos praticados por profissionais alheios à categoria de enfermagem, o que não individualizaria a responsabilidade, respondendo apenas o Enfermeiro por eventual falta cometida no exercício profissional, vez que é o responsável pela conduta da equipe.

O técnico e o auxiliar de enfermagem são os detentores do conhecimento necessário para uma atuação cada vez mais segura em Centro de Material e Esterilização (CME), sendo assim o Coren-SP não recomenda a contratação de "agentes de esterilização" para atuar nesses ambientes, apesar de não ser tratada como ilícita.

Diante do exposto é possível afirmar que o exercício de limpeza, desinfecção e esterilização dos materiais médicos e máscaras, como citado no ofício, são de responsabilidade da equipe de enfermagem, portanto a denúncia de que está ocorrendo desvio de função por essa classe no Centro Covid é infundada e uma inverdade, os EPIs (Equipamentos de Proteção Individuais) que devem ser utilizados durante a prática de limpeza dos materiais, são os mesmos fornecidos aos colaboradores para uso habitual durante o exercício da profissão, como por exemplo: Gorro, óculos de proteção individual, avental descartável, luvas, e a máscara PFF2 que ainda se faz necessária não só devido o momento de pandemia mas também por se tratar de um equipamento de proteção individual essencial para os profissionais da saúde.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Vânia Cristina Ventura Moraes Bordão
Coordenadora Administrativa

C/C para:
Cláudia Mariano
Gerente Adm Convênio 005/2018